



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 16 DE MARÇO DE 2013

O prefeito de Aracaju, João Alves Filho (DEM) e o conselheiro aposentado do Tribunal de Contas do Estado (TCE), Flávio Conceição de Oliveira Neto, estão entre os 12 denunciados à Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, acusados de participarem de um esquema de desvio de verbas públicas, investigado na Operação Navalha, deflagrada pela Polícia Federal, em maio de 2007.

Todos os denunciados vão responder ação penal pelos

crimes de peculato, corrupção ativa e passiva, prevaricação e formação de quadrilha. A denúncia é relacionada ao "Evento Sergipe", que segundo investigações da Polícia Federal, envolve o desvio de cerca de R\$ 180 milhões para a realização de obras do Sistema da Adutora do Rio São Francisco. Ao votar pelo recebimento da denúncia, a relatora, ministra Eliana Calmon, também propôs o afastamento do conselheiro Flávio Conceição de Oliveira

Neto de suas funções, por considerar a gravidade das acusações contra ele.

Eliana Calmon destacou que documentos encontrados na empresa Gautama apontavam para o pagamento de propina. "Nós verificamos que na agenda que foi encontrada na Gautama há contabilidade do pagamento de propina. A Gautama recebe o dinheiro e com dois ou três dias depois já estava fazendo repasse para fulano, beltrano e cicrano. E

assim nós fomos casando o que havia na documentação, nas interceptações telefônicas e o que está na agenda. O voto é exatamente seguindo essa questão e aí nós constatamos que efetivamente formou-se uma quadrilha com infiltração dentro dos órgãos do Estado, que é essa Deso (Departamento de Obras do Estado de Sergipe), para através desta Deso, se desviar recursos públicos".

A denúncia envolvia 17 acusados. A magistrada afastou as

denúncias de peculato e desvio de dinheiro público contra Maria de Fátima Palmeira, Roberto Leite, Gil Jacó de Carvalho Santos, Florêncio Brito Vieira e Humberto Rios de Oliveira, por considerar que eles não estiveram diretamente ligados ao "Evento Sergipe". "A partir de hoje está interrompida a prescrição. Segundo não é invencionismo do Ministério Público. A justiça disse que aquilo alegado pelo Ministério Público corresponde à verdade e eles hoje

saem da condição de indiciados para assumirem a condição de réus", disse Calmon.

Ao todo foram denunciadas 61 pessoas na Operação Navalha, suspeitos de desviar verbas públicas. O processo foi desmembrado há três anos e uma parte chegou ao STJ, devido a suspeita de envolvimento de pessoas com foro privilegiado. As investigações ainda apontam fraude em obras nos estados de Alagoas, Maranhão, Piauí e no Distrito Federal.

João e Flávio são denunciados no STJ
Eles são acusados de desvio de verbas pela Operação Navalha, realizada pela Polícia Federal